

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 121.061 - AL (2019/0353961-9)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
RECORRENTE : **JOSE WILSON AURELIANO DOS SANTOS (PRESO)**
ADVOGADO : **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS**
RECORRIDO : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS**

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* com pedido liminar interposto por JOSE WILSON AURELIANO DOS SANTOS – preso preventivamente no contexto de aparente coautoria nos delitos de homicídio qualificado, ocultação de cadáver e corrupção de menores, devido à particular gravidade concreta do delito e de indícios de contumácia delitiva – contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas que denegou o *writ* impetrado naquela instância, nos autos de n. 0802242-04.2019.8.02.0000 (e-STJ fl. 57):

PENAL E PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. SEQÜESTRO. HOMICÍDIO QUALIFICADO. OCULTAÇÃO DE CADÁVER. CORRUPÇÃO DE MENORES. ALEGAÇÃO DE NÃO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS DA SEGREGAÇÃO. INOCORRÊNCIA. DECISÃO EMBASADA NA GRAVIDADE DO DELITO E NA PERICULOSIDADE DO AGENTE. NECESSIDADE DE PRESERVAÇÃO DE ORDEM PÚBLICA E DA APLICAÇÃO DA LEI PENAL. INADEQUAÇÃO DA SUBSTITUIÇÃO POR MEDIDAS ALTERNATIVAS. EXCESSO DE PRAZO PARA CONCLUSÃO DA INSTRUÇÃO CRIMINAL. INEFICIÊNCIA ESTATAL NA CONDUÇÃO PROCESSUAL NÃO VERIFICADA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO.

1 - Presentes os indícios de autoria e materialidade, evidenciados pelo relatório de inteligência e declarações colhidas durante o inquérito policial, restam apontados os fatos concretos da ação delituosa que autorizaram a decretação da preventiva, não havendo que se falar em embasamento abstrato da decisão.

2 - Não há ilegalidade a ser sanada no decreto preventivo decretado pelo magistrado singular quando a decisão for devidamente embasada nas hipóteses autorizadoras.

3 - Não há que se falar em excesso de prazo quando evidenciada intensa movimentação processual no sentido de

Superior Tribunal de Justiça

concluir a ação penal originária.

4 - *Ordem conhecida e, no mérito, denegada.*

A defesa alegou, em síntese, que a segregação cautelar é ilegítima, ante a ausência de fundamentação idônea. Afirmou que as instâncias ordinárias não apontaram indícios válidos e suficientes quanto ao *periculum libertatis* e que está configurado o constrangimento ilegal por excesso de prazo, visto que o paciente está segregado há mais de 1 ano e 3 meses.

Em liminar e no mérito, pede o relaxamento da prisão preventiva.

É o relatório. **Passo a decidir.**

A liminar em *habeas corpus*, bem como a liminar em recurso em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Entretanto, em um juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado, a justificar o deferimento da medida de urgência.

As instâncias ordinárias registraram indícios de que o paciente e seus corréus, enquanto membros de facção criminosa com destacada atuação no tráfico de drogas ilícitas, teriam executado de forma particularmente brutal um membro de organização criminosa adversária (e-STJ fls. 60/61):

Segundo os autores do crime, a vítima era integrante de Facção rival, a Facção Criminosa do Comando Vermelho e, a algum tempo estaria fiscalizando a movimentação dos traficantes do Primeiro Comando da Capital.

Na mata, fora cavada uma cova rasa, e obrigado a vítima a entra na mesma, momento em que iniciaram a execução, WILLA deu golpes de facão nos braços (sic), LEÃO efetuou disparos de arma de fogo no contra e PAULISTA esfaqueou as pernas, os demais acompanharam a execução, cavaram e cobriram a cova.

(...).

Pesa em desfavor dos investigados a gravidade do delito em

Superior Tribunal de Justiça

comento, qual seja, seqüestro, homicídio qualificado, ocultação de cadáver e corrupção de menores, atentado contra o direito a vida encartado na Constituição Federal, some-se a isso ao fato relatado pela autoridade policial acerca da dificuldade na colheita de elementos informativos através das testemunhas, que temem sofrer represálias dos investigados, asseverando que estes exercem certa posição de liderança junto ao tráfico de drogas na região, possivelmente o causador do homicídio em comento. [...]

[...] Outrossim, o modus operandi empregado prática delituosa, apontam a necessidade de se decretar segregação cautelar dos investigados. Ora, inegável a repercussão do evento criminoso.

Em casos como o dos autos, em que se sobressalta a forma fria e calculista de como o fato se deu, cujo modo de proceder em muito se distancia de outros comportamentos capazes de atingir o mesmo fim, é necessária a manutenção da ordem pública, o que afetaria de sobremaneira a ordem pública. [...] (Grifos adotados)

15 - Desse modo, verifico que o modus operandi adotado demonstra a periculosidade do paciente, o qual ainda possui envolvimento com facção criminosa. Ademais, ressalto que em diversos momentos, é destacado o temor que os acusados causam na comunidade.

Ao que se vê, o principal fundamento da prisão preventiva é o receio, baseado em circunstâncias concretas do caso destes autos, de que o réu torne a delinquir, dado o seu histórico de envolvimento em crime graves, além do efeito intimidatório que a sua organização exerce sobre as possíveis testemunhas. Nessa linha de entendimento, segundo a qual a suposta contumácia delitiva legitima a segregação cautelar, confirmam-se os seguintes julgados, dentre inúmeros de igual teor:

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. REGISTROS PENAIIS. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. RECURSO DESPROVIDO.

1. Embora o caso dos autos esteja calcado na apreensão de pequena quantidade de droga (43g de maconha), a prisão preventiva do Recorrente está fundamentada no risco concreto de reiteração delitiva, pois, segundo consta do decreto

Superior Tribunal de Justiça

prisional, há registros da "prática de crimes, homicídio e lesão corporal, estando ainda em gozo de liberdade condicional", o que justifica a segregação cautelar do Acusado para garantia da ordem pública.

2. Recurso ordinário em habeas corpus desprovido.

(RHC 113.953/BA, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 20/08/2019, DJe 02/09/2019)

PROCESSO PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. ARMA DE FOGO. PRISÃO PREVENTIVA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. GRAVIDADE CONCRETA. QUANTIDADE DE DROGA APREENDIDA. VARIEDADE DE DROGA APREENDIDA. ARMA DE FOGO APREENDIDA. REITERAÇÃO DELITIVA. MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS. IMPOSSIBILIDADE.

(...).

4. A decisão que impôs a prisão preventiva também destacou que o recorrente responde a outras ações penais, sendo ao menos uma também por tráfico de drogas e outra por tentativa de homicídio, evidenciando sua reiterada atividade delitiva.

5. Os fundamentos adotados para a imposição da prisão preventiva indicam, no caso, que as medidas alternativas seriam insuficientes para acautelar a ordem pública e evitar a prática de novos crimes.

6. Recurso ordinário desprovido.

(RHC 109.643/AL, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 20/08/2019, DJe 03/09/2019)

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES. PRISÃO PREVENTIVA. RISCO DE REITERAÇÃO. RÉU QUE REGISTRA ATOS INFRACIONAIS ANTERIORES. QUANTIDADE DA DROGA. PROTEÇÃO DA ORDEM PÚBLICA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. RECURSO IMPROVIDO.

(...).

2. Caso em que a prisão preventiva foi mantida pelo Tribunal para garantia da ordem pública em razão da periculosidade

Superior Tribunal de Justiça

social do paciente, evidenciada pelo risco de reiteração delitiva, pois registra a prática de ato infracional anterior equiparado ao crime de homicídio qualificado. (...).

6. Recurso improvido.

(RHC 113.844/MG, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 13/08/2019, DJe 30/08/2019)

PROCESSO PENAL. RECURSO EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. RISCO DE REITERAÇÃO DELITIVA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CARACTERIZADO. RECURSO DESPROVIDO.

(...).

3. No caso, apesar da pequena quantidade de droga apreendida - 17,1 gramas de crack -, a prisão preventiva do recorrente está suficientemente fundamentada na necessidade de garantia da ordem pública, como forma de evitar a reiteração delitiva, pois, conforme consignado no decreto preventivo, ele possui extensa ficha de antecedentes criminais, respondendo a processos por roubo (três), receptação e tentativa de homicídio.

4. É inviável a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, porquanto a periculosidade do recorrente indica que a ordem pública não estaria acautelada com sua soltura.

5. Recurso desprovido.

(RHC 107.476/GO, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 21/05/2019, DJe 27/05/2019)

Quanto à tese de excesso de prazo, esclareça-se que eventual constrangimento ilegal não resulta de um critério aritmético, mas de aferição realizada pelo julgador, à luz dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, levando em conta as peculiaridades do caso concreto, de modo a evitar retardo abusivo e injustificado na prestação jurisdicional, o que não se verifica neste feito, ao menos neste exame liminar.

Da leitura dos autos, não é possível constatar o alegado constrangimento ilegal, principalmente em se considerando a variedade de crimes

Superior Tribunal de Justiça

graves que se veem imputados ao ora paciente e, a teor do andamento processual aduzido à e-STJ fl. 63, da aparente diligência na condução do feito.

Assim, apesar dos argumentos apresentados pela defesa, não há elementos nos autos que evidenciem a existência de constrangimento ilegal, valendo ressaltar que o pedido liminar se confunde com o próprio mérito, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo do pedido.

Ante o exposto, **indefiro** a liminar.

Encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Intimem-se.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator